

ACTA N.º 9/2009**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO
DE 2009: -----**

----- Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão ordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário, e Sr. Paulo Manuel Reigota dos Santos, 2º Secretário. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Dr. Manuel José Sousa Santos Frade, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. Carlos Manuel Brites Monteiro, Dr.ª Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. José Carlos Baptista Garrucho, Narciso Patrão António, Dr.ª. Maria da Conceição Oliveira, Dr.ª. Vera Lúcia de Jesus Manco, Pedro Nunes, Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr.ª. Zélia Domingues Morais, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Dr. Vitor Manuel de Jesus Barreira, Dr.ª. Ana Maria Barreto Dias, João Maria Nogueira, Dr. Vitor Manuel Seabra Lourenço, Dr. Paulo Jorge dos Santos Grego, Gabriel Miranda Pinho, Carlos Alberto dos Santos Milheirão, Albano Manuel da Rocha Lourenço e António Cardoso Alberto. -

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:**-----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou a falta da Sr.ª deputada Sara Raquel dos Santos Fresco-----

----- **HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e vinte e cinco minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas.-----

----- O Sr Presidente da mesa começou por cumprimentar todos os presentes. -----

-----O Presidente da Mesa colocou à aprovação do plenário as actas das sessões anteriores realizadas, em 14 de Setembro de 2009 e a de 22 de Outubro de 2009.-----

-----Relativamente à acta de 14 de Setembro de 2009 foi a mesma aprovada por maioria, com 11 votos a favor e 13 abstenções, todas elas por ausência dos deputados. A acta de 22 de Outubro 2009 foi aprovada por unanimidade, sujeita a correcção, do Sr. deputado Prof. José Frade e do Sr. deputado Dr. Juan António no sentido de passar a constar, que subscreveram, além do que é referido na acta também a lista apresentada para a constituição da mesa. Também o Sr. deputado Dr. José Garrucho, quis que relativamente ao partido do MAR, não aparecesse discriminado apenas como sigla, mas designado por “Movimento Autárquico de Renovação”. -----

----- **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”:** -----

----- Usou da palavra, em primeiro lugar, o Sr. deputado Prof. José Frade, que leu o seguinte texto :-----

-----“Nesta primeira reunião ordinária da Assembleia Municipal os Deputados Municipais eleitos pelo Partido Social Democrata felicitam pessoal e institucionalmente o Senhor Presidente da Mesa pela sua reeleição - bem demonstrada no apoio e subscrição da sua candidatura - e os votos de um bom mandato. -----

As nossas felicitações também, a todos os Deputados Municipais que obtiveram a sua reeleição bem como para os restantes Senhores Deputados e Membros dos outros órgãos autárquicos eleitos no último sufrágio autárquico. -----

-----Felicitemos, ainda, todos os eleitores que ao exercerem o seu direito de voto manifestaram uma grande cultura de participação cívica e democrática. -----

-----Quiseram os nossos eleitores que nesta Assembleia continuasse a maioria anteriormente existente. -----

-----Mas em democracia é tão importante cumprir a vontade da maioria como respeitar os direitos da oposição. -----

-----Maioria e oposição estão igualmente ao serviço de MIRA lutando pelo progresso da nossa terra, lutando pelo bem-estar dos nossos munícipes. -----

-----Fomos, em sentido rigoroso, eleitos para nos empenharmos num serviço de ressonância patriótica, cujo peso e dignidade temos de sentir sobre os nossos ombros, em cada dia. -----

-----Permitam-me que deixe bem claro, desde este primeiro momento – os Deputados eleitos do grupo Social Democrata não se sentem em nada diminuídos, receosos ou amedrontados perante os resultados eleitorais....e não vêm simplesmente ocupar um

lugar.....trazem propostas, compromissos e toda a disponibilidade para contribuírem para o engrandecimento do nosso concelho. -----

-----Damos hoje início à concretização da decisão dos eleitores votantes Mirenses. -----

-----Os Deputados Municipais eleitos, estão no pleno uso dos seus deveres e direitos constitucionais, legislativos e regimentares no sentido de os utilizarem como garantia de um funcionamento democrático e transparente dos diferentes órgãos. -----

-----Assim, adquirimos todos, igual Estatuto, independentemente do número representativo de cada força partidária ou independente. -----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal:-----

-----Os Deputados do grupo Social Democrata ao assumirem as suas funções não pouparão todos os seus esforços, dedicação, intervenção e um grande sentido de responsabilidade para que durante este mandato MIRA ascenda ao lugar que, do nosso ponto de vista, achamos que há muito tem direito no contexto regional e nacional. -----

-----Temos sobre todo o nosso concelho um conhecimento preciso da sua realidade e, por conseguinte, das mais prementes necessidades de urgente intervenção aos mais diferentes níveis, a noção das potencialidades que o mesmo possui e mal ainda exploradas e desprezadas, do apoio necessário a conceder aos empresários e potenciais investidores no nosso concelho, às diversas instituições que fazem um trabalho ímpar pelo bem-estar físico e mental dos nossos concidadãos bem como as alterações necessárias introduzir para uma gestão mais eficaz e eficiente da coisa pública. -----

-----Enganem-se todos quantos pensam ou desejam que seguiremos o rumo de ser mera oposição pela oposição.-----

-----Acima de claras e evidentes diferenças de actuação política, perspectivas e prioridades para o desenvolvimento e prosperidade do nosso concelho saberemos assumir as nossas responsabilidades.-----

-----Para tal, sem ferir os nossos princípios, desvirtuar os nossos compromissos eleitorais – nos quais acreditamos serem os necessários desenvolver - não defraudando os nossos eleitores apoiaremos todas as iniciativas, acções, projectos e intenções que tenham como finalidade o progresso, a não discriminação ou inoportunidade, rejeitaremos o que no nosso entendimento não sigam esses objectivos, apresentaremos iniciativas e propostas alternativas e novas propostas - colocando sempre acima de tudo o desenvolvimento económico, social e cultural e o bem-estar dos nossos concidadãos.-----

-----Senhor Presidente da Assembleia Municipal-----

-----Para cumprimento deste propósito, permita-me não deixar de relembrar a V.EX^a que, no uso das suas competências, proceda às diligências necessárias no sentido da satisfação dos nossos direitos no tocante às condições de trabalho nos aspectos físico e logístico que, desde já, reivindicamos. Nessas condições de trabalho destacamos, ainda, como essencial o cumprimento do direito a toda a informação devidamente indispensável ao desenvolvimento da nossa acção.-----

-----Uma informação que deve ser atempada e consistente e não omissa de todos os instrumentos necessários à sua apreciação e fundamentação.-----

-----Cumpre, ainda, a V.EX^a, no âmbito das suas competências, ser a primeira entidade fiscalizadora e dinamizadora do zeloso cumprimento da legislação e decisões deste órgão. -----

-----Não pactuaremos com atitudes autoritárias, não cumprimento das obrigações legais e regimentais...combatê-las-emos.....por todos os meios legais....custe o que custar.-----

-----Termino...-----

----- Em primeiro lugar, com toda a convicção e esperança de que os Mirenses saberão apreciar e julgar o trabalho que será desenvolvido ao longo deste mandato pelos diferentes intervenientes nos diversos órgãos autárquicos.... -----

----- em segundo lugar com a afirmação sempre actual em que: -----

----- O ÊXITO DE QUALQUER ESTADISTA NÃO DEPENDE DA FORÇA DO PODER QUE LHE FOI DADO...MAS DA SUA PERSPICÁCIA, SABEDORIA E PERSISTÊNCIA NO USO DESSE PODER... PARA A OBTENÇÃO DOS OBJECTIVOS A ATINGIR....NESTE CASO UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO E O BEM COMUM. -----

-----DISSE -----

-----José Frade” -----

-----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Eng. Calisto Coquim que começou por se pronunciar quanto ao Lar do Idosos do Seixo de Mira. Disse que tinha sido solenemente inaugurado, com a presença do Sr. Bispo de Coimbra, o Sr. Secretário de Estado e toda a Vereação, nomeadamente o Sr. Presidente de Câmara Municipal de Mira. Disse terem existido promessas de fundos monetários, disse que a Câmara Municipal apoiou muito os trâmites para que a obra fosse subvencionada pelo Estado, houvera no aspecto do licenciamento muito apoio, mas de facto para a obra iniciar actividade seria preciso algo mais. Referiu que a associação está com dificuldades financeiras, inclusive o Grupo de Teatro tinha algum dinheiro disponível, e apoiou o Lar de Idosos com o dinheiro que pode, com peditórios, etc., mas que mesmo assim não havia fundo de maneió para começar. Questionou a Câmara Municipal de Mira se a promessa de apoio à associação que foi feita era para se manter, e quando é que a mesma seria praticável, de maneira a permitir que o Lar de Idosos pudesse começar a sua actividade. Frisou ainda, sentir alguma discriminação em relação ao Centro Social dos Carapelhos. -----

----- Usou da palavra o Sr. deputado Gabriel Pinho, que começou por agradecer à Câmara Municipal de Mira, o apoio e patrocínio que deu na ida ao programa televisivo “Preço Certo”, com a Associação, e no apoio com o autocarro. No seguimento do questionado pelo Sr. Eng. Calisto Coquim, questionou para quando a atribuição do subsídio à Associação, uma vez que também estavam a atravessar dificuldades financeiras, onde disse que ainda tinham em dívida cerca de 400 mil euros. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Dr. João Reigota tomou a palavra para dar resposta às questões anteriores, desde logo, às intervenções do Sr. deputado Dr. José Frade, onde disse ter gostado de o ouvir, pois foram questões de discurso lido sobre patriotismo, sobre deveres de oposições, direitos e condições de trabalho. Disse estar perfeitamente à vontade, que se revê nas palavras proferidas pelo Sr. deputado, mas essa era uma prática que já há muito tempo vinha a ser mudada. Considerou ainda, grande evolução na gestão autárquica nos últimos anos. Quanto à questão colocada pelo sr deputado Eng. Calisto Coquim, e á questão do sr deputado Gabriel Pinho, explicou, primeiramente, que quanto ao Seixo, quando chegou à Câmara Municipal de Mira, há cerca de 16 anos, encontrou uma embrulhada de todo o tamanho, em relação ao Lar de Idosos do Seixo. Existia nessa altura um processo do Lar de Idosos do Seixo, e referiu que foi preciso chegar ao actual mandato para resolver a questão. Havia uma “embrulhada” administrativa e jurídica de tal ordem, ligada às direcções, que entretanto lutavam e tentavam fazer o seu melhor. Disse ter a honra de ter presidido a um executivo que resolveu esse assunto no mandato anterior, e que o terreno do Lar de Idosos do Seixo era da Câmara Municipal. Proferiu que era bom que todos se lembrassem, quando começam a reivindicar, daquilo que outras instituições também vão disponibilizando, considerando alguma injustiça na avaliação, dizendo que se deve ser justo na reivindicação e que era preciso que se soubesse que o terreno era um terreno da câmara e com bastante valor, para além de que devia ainda ter em conta a isenção das taxas. -----

----- Falou ainda acerca da verba disponibilizada – cerca de 500 mil euros – pelo Estado Português, para que a obra fosse possível. Relembrou que a grande base e alicerce para se ter conseguido aquela obra foi o Estado Português, assim como para a obra de Carapelhos, um apoio de cerca de um milhão de euros, para além de outros apoios.-----

----- Naturalmente que a Câmara Municipal de Mira, vai honrar os seus compromissos, é essa a convicção, mas datas, não poderia dar, aliás, como disse nunca se ter adiantado com as mesmas, dizendo mesmo que tal é contra os seus princípios. Explicou que não se podem dar datas em situações de contingência e subjectivas, e que assim que esteja aprovado o orçamento poderão ser disponibilizadas as verbas, sendo certo que a Câmara Municipal irá honrar o seu compromisso, sem no entanto adiantar qualquer data. -----

-----O Sr. deputado Eng. Calisto Coquim, no uso do direito de resposta, disse ter começado por referir todos os apoios que a Câmara Municipal deu, e se calhar não falou nos apoios do governo. Referiu que ninguém o tinha ouvido a pedir que fosse concedida a totalidade da verba de subsídio pedido por essa associação. Disse ter pedido só uma pequena parte, para início da actividade, por outro lado também, não referiu e nem irá referir que o Sr. Presidente não tem intenção de atribuir o subsídio. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em resposta ao Sr. deputado Eng. Calisto Coquim, e conforme a informação dos serviços da autarquia disse que, a obra do Seixo não poderia abrir sem a licença, pois chumbou na vistoria dos bombeiros da protecção civil. -----

-----De seguida interveio o Sr. deputado Carlos Milheirão, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, questionando quanto às paletes de “PAVE” que estavam no Bairro Norte, dizendo supor, que as mesmas seriam para a pavimentação dos passeios no Bairro Norte, que há muitos anos precisam de ser pavimentados. Questionou se é mesmo isso que irá acontecer, pois oficialmente não está informado de nada, do mesmo modo que referiu a cor cinzenta do material, enquanto em outras terras do Concelho era colocado pave amarelo. Relativamente aos contentores do lixo, disse existir a necessidade de os “amarrar/prender” de forma a ficarem seguros, assim como a necessidade de intervenção no sentido de reparar e de haver sensibilidade quanto às paragens dos autocarros. Falou ainda acerca da necessidade de intervenções, de forma a contornar a situação do excesso de velocidade na Avenida na Praia de Mira. Quanto ao cruzamento, junto à Lota, disse, contam-se por dezenas, os toques de automóveis que há por ali, sugeriu passadeiras elevadas nas quatro extremidades que cruzam, ou semáforos. Quanto à barrinha, questionou em que pé é que estava, se o projecto que há ou o Programa Polis, teriam alguma intervenção a curto prazo, por outro lado, focou a questão das motos de água, defendendo que a barrinha não podia ser só utilizada pelos concessionários das gaivotas e dos barcos de aluguer. Disse achar que as motos de água, tem direito a andar lá também, ou melhor, outros utilizadores tem direito a utilizar a barrinha. Disse saber, que os concessionários faziam alguma pressão para que essa situação não viesse a existir, e que havia um despacho por parte da ARH que proibia o uso de motos de água na barrinha, até ao dia 31 de Dezembro de cada ano, pedindo

intervenção da Câmara Municipal nesse sentido. No que toca na intervenção da limpeza e manutenção da barrinha, disse que a mesma precisa de uma “*limpeza a fundo*”. Falou acerca da iluminação da Rua dos Canaviais, que já há uma série de anos que se anda a pedir a iluminação para a dita rua. Questionou quando é que a casa da Guarda-Fiscal vai ser demolida, disse já terem passado os trinta dias para a sua demolição após aquela tentativa que houve quanto aos palheiros. Relativamente às casas de banho públicas, sugeriu a sua abertura aos fins-de-semana, disse que a Junta de Freguesia não tem essas valências por não haver protocolo, portanto não tem procedido à sua abertura como se tem feito em anos anteriores. Finalmente, e quanto à questão da Habitação da Videira Norte, questão de baldios, disse ter ouvido dizer por linhas travessas que os compartes ganharam a acção dos baldios em tribunal, questionando o executivo quanto à veracidade do mesmo. -----

-----Seguindo-se, usou da palavra o sr deputado Dr. Juan António, que questionou o executivo quanto à venda dos terrenos para o Golfe, que diligências tinham sido feitas. Questionou quanto aos baldios da Videira Sul, quis saber em que ponto de situação é que estão, pois disse, estarem a ser construídos, muros novos. Questionou se estavam licenciados e autorizados. Lembrou que os terrenos da Videira Sul são o cartão-de-visita da Praia de Mira, perto Miroásis e Mira-Villas. Por último, disse ter sido abordado por um munícipe, que teria colocado já nesta assembleia, em Abril e em Novembro, duas petições à Assembleia Municipal, uma teria que ser tratada pelos actuais deputados porque tinha a ver com uma munícipe individual, e a outra era uma petição com 72

assinaturas. Como foi invocado o nome da Assembleia Municipal, e como faz parte dela, gostaria de saber, e se o Sr. Presidente da Assembleia teria tomado algumas medidas. -----

----- Seguiu-se a intervenção do sr deputado Dr. Paulo Grego, questionando o executivo quanto às obras na Estrada Nacional 109, bem sabendo, que não eram da competência da Autarquia, mas questionou se tinham alguma informação relativamente às mesmas, nomeadamente, se tinha obtido algum feedback por parte da empresa, prazos de conclusão, etc. -----

----Deixou duas notas, com as quais se congratulou, relativamente à interligação dos diversos serviços da protecção civil no Concelho, pois considerou ter havido uma boa preparação para o inverno, nomeadamente quanto à limpeza às valas, a tempo adequado. Uma última nota, disse ter ficado contente por saber que se realizou a festa dos idosos que é típica no Natal. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em resposta ao sr deputado Juan António, quanto à petição, disse-lhe que iria fazer um levantamento do que estivesse arquivado para lhe responder. -----

-----O Sr. Presidente Dr. João Reigota, tomou da palavra para dar resposta às questões anteriores, desde logo, às questões do sr deputado Carlos Milheirão, dizendo que todas as questões colocadas por ele (Barrinha, jacintos, jurisdição), estavam ligadas aos dois organismos – Câmara Municipal e Junta de Freguesia –, sendo que a jurisdição não era da Câmara Municipal, naturalmente que é a Câmara, a Junta de Freguesia e as

associações e as boas vontades que acabam por enfrentar aquilo que o Estado devia fazer e não faz, sendo essa a realidade das coisas. A todas as questões, colocadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, o Sr. Presidente da Câmara, considerou que eram questões importantes, que deviam ser tratadas e faladas, nas conversas institucionais e pessoais que iriam ter para abordar todos os assuntos. Ainda quanto à Barrinha, no que toca ao programa POLIS, explicou que este se encontra compreendido no hiato de tempo entre 2010/2013, estavam na fase dos projectos, e esperava que comecem o mais rápido possível, disse ter sido uma grande vitória para o Concelho, pois estavam perto de 5 milhões de euros investidos no Sistema Hídrico. -----

----- Quanto à questão da Rua dos Canaviais disse que já tinha sido feito o pedido e enviado para a EDP. No que tocava à casa da Guarda-Fiscal, disse ser um assunto em que não havia evolução, o processo estava na justiça, na altura em que estava para ser demolida, o tribunal decidiu parar, e até à altura não havia notícias, cabendo à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia, continuar a fazer “pressão”, no sentido de se resolver de uma vez. No caso da Videira Norte, quanto a que “alguém tenha ganho em tribunal”, disse ser mentira (ressalvando que pelo menos ele não tem conhecimento).-----

-----Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Dr. Juan António, relativamente às questões do campo de Golfe, explicou que não houve nenhuma evolução, a Câmara Municipal conseguiu em termos de Planos de Urbanização aprovar, aquilo que seria uma ilegalidade se os terrenos fossem vendidos há uns anos atrás, porque de facto a

questão não estava resolvida, e com a alteração do plano, disse terem conseguido aprovar e resolver a questão administrativa relativamente ao Golfe. -----

----- Quanto à questão dos baldios da Videira Sul disse que tinha havido um problema relativamente ao Plano de Urbanização, que andou 14 ou 15 anos para ser aprovado, foi aprovado pelo actual primeiro-ministro, e a partir daí com os Planos de Urbanização novos, abriram-se novas perspectivas para todo o concelho, particularmente para a Praia de Mira e Videira Sul, contudo, ressalvou para os problemas que lá existem. -----

-----Respondendo às questões do Sr. Deputado Dr. Paulo Grego e relativamente à Estrada Nacional 109, disse que também a Câmara Municipal estava descontente e preocupada com a demora. Contudo, explicou, que a obra já tinha sido consignada, tinha sido entregue e empreitada, e que naquela altura os trabalhos estavam a iniciar-se, embora numa lentidão que disse não o agradar. Disse que iriam continuar a pressionar o governo, e aproveitou para informar que o IC12 iria ser uma realidade, e que projecto estava a arrancar. Quanto à protecção civil, agradeceu a intervenção que o deputado fez, congratulou-se também ele com, o trabalho meritório feito pela mesma. -----

-----O Sr. deputado Dr. Juan António, reforçou a questão quanto ao licenciamento dos muros que estavam a ser construídos nos baldios da Videira Sul. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara e conforme o que lhe foi dito pelo Sr. Vereador responsável por aquele serviço, explicou que o mesmo não tinha conhecimento oficial de qualquer situação, portanto, possivelmente, as ditas construções não deveriam estar licenciadas. -----

-----A Sr.ª deputada Vera Manco interveio, começando por dar os parabéns ao Sr. Presidente e ao seu executivo pela construção do Pólo Educativo da Zona Sul. -----

----- Questionou em que situação é que se encontra a construção do mesmo, se o transporte das crianças das outras aldeias seria assegurado pela Câmara Municipal, e ainda, se havia uma data prevista para a abertura do Pólo Educativo. Questionou também em que situação se encontra o terreno para o Centro Social e Paroquial de Mira com sede na Lentisqueira. -----

-----Seguiu-se a intervenção do Sr Presidente da Junta de Freguesia de Mira, começando por congratular o Sr Presidente da Câmara e o executivo, pelo trabalho realizado na Freguesia de Mira.-----

-----Interrogou quanto aos trabalhos que estavam a ser feitos no Colmeal – passeios, largos – e onde disse ter verificado que o povo estava satisfeito. No largo do Arneiro, também estava a ser levado a efeito a construção dos passeios, e um largo na envolvente da Igreja. Referiu ainda uma obra realizada na Lagoa de Mira; melhoramento do pontão; na pista pedonal, junto aos moinhos da Lagoa; na vala das Ínsuas, junto aos moinhos da Fazendeira disse que a ponte foi melhorada. Questionou, por último, quanto ao ponto de situação das obras que estavam a ser realizadas junto à Barragem no Casal de S.Tomé. -

-----No uso da palavra, interveio o Sr deputado Vitor Barreira, que relativamente à sede dos Escuteiros no Seixo, questionou quanto ao papel da Câmara Municipal na instrumentalização da mudança dos escuteiros para as novas instalações. Um outro

assunto, prendeu-se com o Pólo II, Zona Industrial, onde este pediu para que fosse feito um ponto da situação em que se encontra o mesmo.-----

-----Seguiu-se o Sr. deputado Narciso Patrão, onde disse já ter chamado à atenção muitas vezes, em diversas assembleias e em diversos executivos, acerca da rua Raul Brandão e que até hoje não foi resolvida a situação. Acerca do “pseudo mercado” de Mira, referiu que esse está num estado lastimoso, que quem o deitou abaixo, fez mal, assim como o fez, nas instalações das escolas na avenida. Congratulou o Sr. Presidente da Câmara e o executivo, pela obra feita e apelou a que haja uma rápida intervenção no espaço do mercado, pois considerou que o que lá está era um autêntico “nojo”.-----

-----Usou da palavra o Sr. deputado Dr. José Garrucho, começando por cumprimentar a vitória do Partido Socialista e subscrever e relembrar as palavras do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aquando a tomada de posse dos órgãos autárquicos, pois considerou que a responsabilidade deste executivo seria muito maior, a sua legitimidade democrática era muito maior e conseqüentemente a sua responsabilidade. Mas seria sobretudo a esperança que os mirenses depositaram nesta equipa autárquica e que esperavam de facto que os problemas sociais do concelho fossem enfrentados e resolvidos.-----

-----O Sr. deputado Dr. José Garrucho, disse que aquando a campanha eleitoral se deu conta que existem imensos mirenses a viver em enormes dificuldades, em condições de insalubridade habitacional tremenda, em condições que avaliou, mais que deficiência económica, deficiência funcional e de ausência de solidariedade. Pediu então, ao

executivo ajuda para perceber que sistema de sinalização, de alerta ou de observatório de qualidade de vida de população permite rapidamente perceber onde é que estão as dificuldades e como é que se pode dar às pessoas um mínimo de condições humanas para que todos se pudessem solidariamente sentir envolvidos. Explicou que existem dois indicadores fundamentais para se perceber a qualidade de vida numa comunidade - como os idosos são tratados e como as crianças são educadas – sendo certo que era necessário saber destes dois aspectos e questionou, quais eram os instrumentos que a autarquia tinha para rapidamente responder a estas questões. Disse ainda que gostaria de saber quais eram as preocupações e quais os instrumentos de que o executivo dispunha tendo em vista o desenvolvimento do Concelho. -----

----- Referiu que em Mira haveria seguramente algumas questões que estavam relacionadas com o aumento do desemprego e com a chamada crise financeira, que já tinham a sua concomitante económica e que iriam ter seguramente o seu efeito social, questionando novamente a Câmara Municipal, quanto ao que esta tinha para o acolhimento das micro e pequenas empresas do Concelho, nomeadamente nas Zonas Industriais, qual era a política que estava aferida para essas tarefas, era uma outra questão que era extremamente essencial do ponto de vista da ligação com a solidariedade e com a auto-sustentabilidade das pessoas.-----

----- Por último questionou o executivo, e ainda numa vertente de solidariedade e de emprego, acerca dos estágios profissionais anunciados pelo sr Primeiro Ministro num congresso da Associação Nacional de Municípios, quanto ao que a Câmara Municipal

tinha pensado e como é que se posicionava sobre o assunto; que estágios é que estavam previstos e como é que se contemporizava isso com os aspectos de inserção nas áreas mais desfavorecidas dos funcionários nesta Câmara Municipal.-----

-----Seguidamente interveio o Sr. deputado Dr. José Balugas, fazendo algumas declarações de intenções, nomeadamente dizendo que tinha vontade de participar e ajudar a encontrar caminhos que se traduzissem no desenvolvimento do Concelho. -----

----- Sugeriu – em nome do grupo parlamentar do MAR (Movimento Autárquico de Renovação) - ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que fosse dado seguimento ao artigo 19º da Secção II do Regimento da Assembleia Municipal, no sentido de, antes de cada programação da Assembleia um elemento de cada grupo parlamentar, pudesse também participar na elaboração dos pontos da ordem de trabalho, para que não ficassem confinados aquilo que o executivo quisesse. Congratulou-se com o anúncio do arranque das obras do Clube Náutico, há bastante tempo esperado, e que trouxe uma mais-valia para a Barrinha. Relativamente a esta, disse que existe a necessidade emergente de definir uma política da sua utilização. Questionou para quando remodelações do Salão Nobre. Por último alertou para a situação dos postes no Campo de Futebol do Touring, pois disse estarem a constituir perigo.-----

-----Em resposta às questões anteriores, o Sr. Presidente da Câmara, usou da palavra, desde logo para responder às questões colocadas pela Sr.ª deputada Dr.ª Vera Manco.--

----- Relativamente ao Pólo Educativo da Zona Sul, disse que a obra estava pronta, que os transportes seriam assegurados pela Câmara Municipal e disse ainda que a Câmara

teria comprado um terreno junto à escola, para levar por diante, juntamente com a Associação, o Centro Dia da Zona Sul da Lentisqueira. Posto isto, o Sr. Presidente da Câmara avaliou a questão como sendo, uma demonstração por parte da Câmara Municipal de Mira de uma política educacional e social forte. -----

-----Quanto às questões levantadas pelo Sr. deputado Narciso Patrão, disse esperar que com as intervenções na EN109 se resolveria a questão da rua Raul Brandão. -----

----- Relativamente à obra do Museu, disse que a mesma estava pronta e que faltava somente o espólio. Quanto ao mercado, disse que se perdeu uma infra-estrutura nova, e que nada se ganhou com a destruição do mesmo. Explicou que estava previsto, a abertura de uma avenida nos antigos armazéns da Câmara, para alargar a Vila para aquele sector, e de facto teria de se tirar daquele espaço, a estação rodoviária, o parque nas traseiras da GNR e portanto seria necessário considerar o espaço do mercado, para eventualmente se procederem a algumas permutas. Contudo disse ser uma questão que teria de se rever com muita atenção. -----

-----No que toca à intervenção do Sr. deputado Dr. Vítor Barreira, o Sr. Presidente disse não entender o porquê do “sufoco” sobre a Câmara Municipal de algumas Associações e de algumas Juntas de Freguesia, em tempo de dificuldades, e embora as compreenda, disse ser complicado. Explicou ainda, que as Juntas de Freguesia são Autarquias completamente independentes da Câmara Municipal, em termos legais, sendo evidente que por vezes são estabelecidas parcerias para intervenções junto das populações, dado a proximidade destas. Relativamente ao caso concreto dos Escuteiros do Seixo, o Sr.

Presidente disse, que desde o princípio, a Câmara Municipal teve a ideia da nova construção, que o terreno era da Câmara Municipal, deu verbas para lá, madeiras, e que a inauguração foi feita conjuntamente com a Associação. Disse não entender o porquê de se andar a tentar “esconder” relativamente às parcerias e apoios da Câmara Municipal. Relativamente ao caso concreto do Seixo, disse ter feito uma contabilidade, e que para as “Forças Vivas do Seixo”, saíram cerca de 400 mil euros do anterior mandato em verbas para a Freguesia do Seixo. Salientou que não estava a querer particularizar a Freguesia do Seixo e que só apresentou tais dados, porque foi chamado à atenção disso. Disse mais, e caso o Sr. deputado Dr. Vítor Barreira assim o desejasse, lhe daria valores certos relativamente à verba dada aos Escuteiros do Seixo. -----

-----No que toca à intervenção do Sr. deputado Dr. José Garrucho, disse concordar com o mesmo, quando este falou acerca da nova responsabilidade do Executivo com os resultados eleitorais, mas disse também que faltava, que os resultados eleitorais eram o reconhecimento da competência e do trabalho iniciado anteriormente.-----

-----Sobre as condições de vida dos mirenses, o Sr. Presidente da Câmara disse saber disso, mas pelo menos, quanto ao desemprego, servia-lhe de consolo saber que o desemprego não tinha aumentado em Mira.-----

-----Respondendo às questões do Sr. deputado Dr. José Balugas, quanto ao Clube Náutico, disse ser uma obra importante, que irá ajudar a dinamizar a Barrinha. Era importante para ver até que ponto o programa POLIS irá responder, não às solicitações e às visões pessoais de cada um sobre o tema, mas aquilo que será credível e de que

forma é que as coisas irão ter intervenção útil e profícua. Ainda, e quanto à decoração do Salão Nobre, este considerou-o suficientemente Nobre e Digno e que na presente sala tinham saído muitas realizações do Concelho. Ainda, e por último, quanto aos postes de iluminação no campo de futebol no Touring, o Sr. Presidente disse-se conhecedor da situação, informando que já estavam adjudicados e que estavam só à espera que a EDP trouxesse os postes.-----

-----Quanto à intervenção do Sr. deputado António Cardoso Alberto, em resposta ao mesmo, o Sr. Presidente Dr. João Reigota disse que as obras na barragem no Casal de S. Tomé, competiam aos serviços florestais mas era a Câmara Municipal que também estava a fazer a obra.-----

-----Autorizado a intervir, usou da palavra o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, que relativamente à questão dos estágios colocada pelo Sr. deputado Dr. José Garrucho, disse que, quanto aos PEPAL a Câmara Municipal se candidatou logo na primeira vaga, ainda nas vagas extraordinárias que foram anunciadas no Congresso na ANM – Associação Nacional de Municípios - e que só iriam ser para 2010. Explicou que estavam a funcionar cinco estágios que tinham que começar até trinta de Outubro de 2009. Quanto à área social, alertou para a portaria dos estágios INOVSOCIAL, e que iria fazer chegar às IPSS, no sentido de estas se poderem candidatar atempadamente, porque existiam financiamentos para técnicos até aos 35 anos, e para aqueles que irão abrir como era o caso do Seixo e dos Carapelhos que já tinham que ter directores

técnicos licenciados, poderiam a partir daqui ir buscar pessoas, e reduzir os custos de manutenção, reforçando as mais-valias. -----

-----Quanto à questão do Pólo II, disse que os terrenos estavam registados, existiam cinco projectos já aprovados, e as infra-estruturas eléctricas e de telecomunicação de expansão à zona de alargamento, que foram aqueles terrenos adquiridos aquando da construção da variante norte, já estavam a ser feitos.-----

-----Quanto às pequenas empresas, disse que muitas vezes deixam perder algumas grandes empresas, mas que no entendimento do executivo não seriam essas que interessariam ao Concelho, até porque seriam deslocalizações de outros Concelhos, seriam deslocalizações duvidosas, portanto, disse preferirem pequenas empresas, porque essas sim, e para o nível de desemprego que tinham – que apesar de preocupar o executivo, não era exemplo dos piores cenários – prefeririam empresas de pequena dimensão mas que tivessem sustentáculo. -----

-----Relativamente às políticas de apoio e incentivo à formação profissionalizante, informou que a Câmara Municipal tinha parceria com oito entidades formadoras a operar no Concelho. Disse que apesar de muitas opiniões considerarem que estas intervenções retiravam algumas crianças do sistema normal de ensino, segundo o Sr. Vereador, não seria uma questão de as retirar do ensino, mas sim, mantê-las num sistema profissionalizante que daria empregabilidade e uma qualificação alternativa. ----

----Considerou que se este tipo de medidas não fosse tomadas, os futuros profissionais do Concelho de Mira, recorreriam aos concelhos vizinhos para frequentarem os ditos cursos profissionalizantes. -----

----Eram cerca das 17:30 horas quando os trabalhos foram suspensos para intervalo, tendo sido reiniciados acerca das 17:55 horas. -----

----**PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”:** -----

----**PONTO UM: “Apreciação do relatório do sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro”.** -----

----Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para dizer que a situação financeira da autarquia estaria bem explicada na informação que tinha sido distribuída aos Srs. Deputados, onde disse que explicaria ou esclareceria algumas dúvidas que eventualmente surgissem. -----

----No uso da palavra interveio o Sr. deputado Juan António, alertando para um possível erro de escrita, dado que o relatório de análise se encontrava datado de 2008. Salientou uma falha ao nível das receitas, que se vinha a acentuar e que ao nível dos custos, continuavam “prisioneiros” da venda do Golfe e da escritura dos terrenos da Zona da Videira Norte. Relevou ainda, que o endividamento a curto prazo aumentava de uma forma quase exponencial, e disse não aparecer mencionado no relatório, os valores da rubrica de *factoring*. -----

----- O Sr. deputado Dr. José Garrucho interveio, começando por apelar aos serviços que, nomeadamente à questão das siglas, quando estas constituíssem os relatórios, que as discriminem devidamente. Disse que o relatório apresentado não esclarecia uma série de assuntos e que em determinados assuntos este seria quase exaustivo. Considerou importante, esclarecimentos pormenorizados, sob pena de ficarem envolvidos num conjunto de informação que era uma coisa desorganizada, sem que em concreto se pudesse pensar o que estava a ser feito. Pediu que os próximos relatórios fossem mais esclarecedores, achando que o *modus operandi*, estava apresentado de uma forma muito limitada e que limitava a interpretação do mesmo. -----

-----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Prof. José Frade, começando por colocar algumas questões e reservas relativamente ao relatório. Disse que na análise do relatório que fazem, constava um contínuo endividamento da autarquia; um endividamento bruto de sete milhões e seiscentos mil euros; que houve nos últimos três meses - por exemplo - a dívida a empreiteiros e fornecedores subiu na ordem dos trezentos mil euros. Disse assistirem a um espantoso e incompreensível facto, decisão tomada pelo Sr. Presidente da Câmara, que era o aumento de encargos para o Município através de mais vereadores do executivo, dizendo que estava em causa a razoabilidade e o endividamento, dizendo que era mais um encargo. -----

-----Disse estarem preocupados com a estrutura da receita, onde constavam outras receitas, valores onde lhe parecia que o relatório devia ser mais cuidado e explicitado,

concordando com o Sr. deputado Dr. José Garrucho, dizendo que os relatórios deviam ser enumerado de uma forma clara. -----

-----Quanto ao empréstimo com base no PREDE – a regularização das dívidas – onde estava contido o valor 987.200 euros, e que foi utilizado, solicitou ao Sr. Presidente, com base no suposto da alínea J) do Regimento, a informação da lista de credores e os fornecedores, em que este montante foi empregue com base neste empréstimo. Ainda, e preocupados com a dívida a curto prazo, cerca de 4 milhões de euros, disse continuar a dizer que estava ali a maior vontade da gestão autárquica mas, para a bancada do PSD, está claramente implícito uma deficiente programação de gestão. Por fim no relatório de serviço de Novembro e Dezembro, que o Sr. vereador Dr. Miguel Grego e a Sr.^a vereadora Dr.^a Sandra Pereira, apresentaram salientou que devia haver rigor na rubrica “transportes”, pois considera que a autarquia tem muito mais veículos de serviço em utilização diária e permanente, e disse que não haveria necessidade de omitir, pois se eles são bens da autarquia, não se deveria só focar aqueles que seriam precisos. No sector de higiene e RSU, registou o montante gasto nos largos das feiras e a incompreensão no estado em que se encontram. Para terminar, na área da educação e relativamente às actividades de enriquecimento curriculares, algo em que disse ter experiência profissional, questionou se estava a ser cumprida toda a legislação vigente, em matéria de concursos, preenchimento de vagas e outras situações, porquanto o relatório nessa parte era omissis. -----

-----Seguiu-se o Sr. deputado Dr. José Balugas, começando por dizer que quando recebeu o relatório sobre as finanças da autarquia, ficou preocupado. Desde logo questionou o Sr. Presidente, dado que a taxa de endividamento da câmara não pode ultrapassar os 125%, qual era a taxa de endividamento da CMM, naquela altura. Depois disse ainda, estar preocupado com a taxa de execução das receitas de capital, 21% e 29%, isto para 12 milhões, questionou onde é que não foram buscar o dinheiro, ou seja o que é que não venderam ou que fundos é que não conseguiram ir buscar, tendo em conta haver uma discrepância tão grande relativamente à taxa de execução das receitas de capital. Falou ainda acerca da evolução do endividamento líquido, questionou acerca das receitas extraordinárias durante o mês de Agosto de 2009 – pois o endividamento diminuiu nesta altura -, e questionou quanto ao endividamento real da Câmara -----

----- Seguiu-se a intervenção do sr deputado Dr. Paulo Grego, começando por dizer que para um relatório de informação, tem informação que considerou como, “mais suficiente”, e que até iria um pouco contra aquilo que tinha sido dito no último mandato em que houvera várias vezes, louvores aos serviços pela qualidade do relatório apresentado. Considerou que talvez estavam a querer ser um pouco mais “papistas que o Pápa”. Ainda, e relativamente ao relatório, aquilo que lhe apraz registar é que relativamente às taxas de execução, e concordando com o deputado Juan António – essas nunca serão as desejadas – disse achar que em todos os níveis, houve um aumento da taxa de execução, referiu contudo, que em algumas situações, aumentos só de um ponto percentual, dando como exemplo os PPI que aumentou cinco pontos percentuais,

mas disse, que quando já se votou e foram aprovadas taxas na casa dos 20% e 25%, terem uma taxa na casa dos 50% e em algumas rubricas na casa dos 60%, disse achar que deviam estar satisfeitos com a forma como este executivo geriu. -----

-----No uso da palavra o Sr. deputado Dr. Juan António fez um esclarecimento porquanto o documento a que se tinha reportado não era o relatório em análise, tendo havido um lapso seu no documento em que baseou a sua intervenção, pelo que a mesma não devia ser considerada. -----

-----Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dar resposta às questões colocadas, começando por dizer que a Câmara Municipal não esconde as próprias dificuldades, os encargos, os empréstimos que foram feitos em determinados tempos e portanto, disse que não se pode dizer que a Câmara não tem dificuldades e que não tem desafios pela frente em termos financeiros. Disse ser uma realidade e que os Srs. deputados têm toda a razão. Contudo, apesar da recessão económica em que se vive, tudo isto estava ligado à dinâmica e ao investimento feito no dia-a-dia e ao longo dos tempos, concordando que existem dificuldades e questões a melhorar. Disse achar que com o passar dos tempos a apresentação do documento era cada vez melhor, sendo visível todos os projectos e a dinâmica do executivo e que graças à modernização administrativa tem havido melhorias cada vez mais evidentes. -----

-----Quantos às questões colocadas pelo Sr. Prof. José Frade, existem questões que disse concordar com elas, mas o Sr. deputado, ele próprio adiantou logo a intenção das coisas, conotando-as de “eleitoralismo”, o que disse ser preocupante. Quanto à questão

do vereador a tempo inteiro, explicou que não depende da Assembleia, mas sim da Câmara Municipal. Quanto à feira de Portomar, disse que foram feitas obras, fruto de uma má estratégia efectuada, ao fazerem-se obras à pressa e em cima de eleições. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para a Dr^a Cristina Morais, que autorizada a intervir, usou da palavra, tentando de uma forma sucinta responder a algumas questões. Assim, a mesma disse que, quanto à questão do empréstimo PREDE, a terminologia é utilizada pelo Tribunal de Contas. Significa que o valor do empréstimo que contrataram foi utilizado integralmente para pagar dívidas de fornecedores, pois, relativamente ao empréstimo PREDE, teve de existir até à data uma aferição dessas mesmas dívidas, e os contratos, objecto de visto do Tribunal, diziam explicitamente quais eram as dívidas dos fornecedores a pagar e também indicavam nominalmente todas as facturas. Relativamente à outra questão, rubrica “outras receitas”, as rubricas que aí se apresentam são as rubricas e terminologias utilizadas no POCAL. Só em sede de prestação de contas é que de uma forma mais detalhada se apura guia por guia e quais são as importâncias objecto dessa mesmas rubricas residuais. -----

----- Uma outra questão, tinha a ver com o endividamento e com o conceito de endividamento líquido, onde existiam duas questões: primeiro tinha sido referido na presente assembleia que o endividamento líquido era de 13 milhões, o que estava errado, pois esse era o montante do passivo. O valor do endividamento líquido resultava exactamente da diferença entre aquilo que se devia a terceiros (nomeadamente ao banco, a fornecedores), mas deduzindo-lhe depois os valores que tinham em caixa,

inclusivamente os valores que tinham a receber de terceiros. Portanto essa diferença é que era o conceito de endividamento líquido que se utilizava para efeitos de reporte e aferição, para se ver se as autarquias cumprem ou não a lei das finanças locais. O valor que aparece é um valor de 6.189.388.92 euros, sendo esse sim, o valor apurado à data e registado nos documentos contabilísticos. Em sede de prestação de contas, todos os anos, é feita a circularização de saldos, ou seja, envia-se um ofício aos fornecedores, para que eles confirmem efectivamente o valor das dívidas e para que efectivamente a dívida da autarquia seja relevada nos documentos contabilísticos. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra, seguidamente, o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, que relativamente à questão dos transportes, disse que no relatório, não falava sequer dos transportes. No entanto, disse não haver nada a esconder porque com toda legitimidade o transporte era usado. Quanto às AEC's, gostaria que lhe fossem feitas chegar as perturbações, mas queria saber no entanto, se fruto da experiencia do Sr. deputado Prof. José Frade, se nesse domínio seriam anormais. No entanto, informou que a entidade fiscalizadora tem ao longo dos três anos fiscalizado a implementação das AEC's no Município de Mira, e que Mira era exemplo de boas práticas na implementação das mesmas. Disse não terem cumprido o que estava disposto nessa legislação porque ao abrigo do despacho 12 591/2006 e da legislação subsequente, optaram por concurso público para a escolha de um parceiro que fará a selecção de recrutamento de recursos humanos, cumprindo obviamente a legislação. -----

-----PONTO DOIS: Eleição de representantes da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Baixo Mondego (CIM-BM), nos termos da alínea b) do nº2, do art. 13º dos respectivos estatutos -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal começou por dizer que nesta questão, se podiam seguir várias metodologias: ou as bancadas se tinham reunido previamente e apresentavam uma lista única, ou cada bancada apresentava uma lista própria, ou ainda poderiam reunir-se no momento. O Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro, questionou os líderes das respectivas bancadas quanto ao pensavam sobre o assunto. Dado as respectivas bancadas não terem reunido previamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, concedeu algum tempo, para as mesmas se reunirem e resolverem a questão.

-----Após a reunião das bancadas, interveio o líder da bancada do PS dizendo que não abdicando dos três lugares que já tinham na presente Assembleia, assim como o PSD não abdicaria dos dois lugares, constituíram, em conjunto uma lista, segundo os acordos partidários que existiam já nas listas concelhias, e o MAR apresentou a própria lista. A lista constituída pela bancada parlamentar do PS e do PSD, seria composta pelo Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro, Sr. Prof. Manuel José dos Santos Frade, Sr. Dr. Paulo Grego, Sr. Eng. Calisto Coquim e pela Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, ficando esta lista denominada por lista A. -----

-----Seguidamente interveio o Sr. deputado Dr. José Garrucho, dizendo que reunidos os líderes dos grupos parlamentares não se chegou a nenhuma conclusão, lamentando que na presente Assembleia os acordos suprapartidários se impusessem, pena sendo que, em

democracia os grupos minoritários não possam ser representados. Considerou que seguramente era uma perda de valor, essencial à democracia, mas era a realidade dos factos e perante esta, o grupo do MAR, apresentou a sua própria lista.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao receber a lista apresentada pelo partido MAR, leu os elementos que a compunham, sendo a lista constituída pelo Sr. deputado Dr. José Carlos Garrucho e pelo Sr. deputado Dr. José Manuel Balugas, como candidatos a representantes da Assembleia Municipal de Mira na Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Baixo-Mondego, designado esta, por Lista B. -----

-----Segundo o Sr. Presidente da Assembleia, havendo duas listas, de acordo com o art.º13, nº3, a eleição fazer-se-ia por colégio eleitoral constituído pelo conjunto dos membros das Assembleias Municipais eleitos directamente, mediante a apresentação de listas, o que significava que os presidentes da Junta não votariam. Sendo que cada lista não poderia ter mais de cinco candidatos, pediu aos deputados, mediante a apresentação das listas A e B para procederem à votação. O resultado da votação, por escrutínio secreto, foi 18 votos para a lista A e 2 votos para a lista B. Assim foram eleitos para a representação na Comunidade Intermunicipal, a lista A, composta pelos Srs deputados: Sr. Prof. Doutor Fernando Regateiro, Sr. Prof. Manuel José dos Santos Frade, Sr. Dr. Paulo Grego, Sr. Eng. Calisto Coquim e pela Dr.ª Ana Maria Barreto Dias -----

-----**PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos da alínea n), do n.º 2, do art.º 53º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de**

Janeiro, de protocolo entre o Município de Mira e a “Polis Litoral Ria de Aveiro – Sociedade para a Requalificação e valorização da Ria de Aveiro, S.A.”; -----

-----O Sr. Presidente da Câmara interveio, começando por dizer que a questão da “Polis Litoral Ria de Aveiro”, devia orgulhar a todos, e o executivo se orgulhava de pela primeira vez ser possível uma grande intervenção no Sistema Hídrico do Concelho. -----

----- Disse ser um caso inédito, pois há muito tempo se perseguia uma situação idêntica, e só pela vontade do Estado Português, é que o Executivo e o Município se “safou” neste questão. -----

-----Usou da palavra o Sr. deputado Pedro Nunes, questionando se os técnicos da Câmara Municipal, ligados ao ambiente e ordenamento do território, seriam “*tidos e achados*” nesses projectos que se iriam fazer no Concelho de Mira. -----

-----Seguiu-se o Sr. deputado Dr. José Garrucho, dizendo que o movimento do MAR se congratulava com a realização de protocolos da Autarquia com outras Entidades, Intermunicipais, nomeadamente no que dizia respeito à gestão da bacia da Ria de Aveiro e as suas envolventes *eco sistémicas*, sendo que era um grande património que se tinha. Disse que o encontro da Autarquia de Mira com as outras Autarquias da Bacia da Ria, nomeadamente através da intervenção da Ria de Aveiro seria seguramente uma produção de sinergias qualificativas que a cada um dos Municípios, por si só, seria difícil de executar. Nestas circunstâncias, muito se congratulou que a Autarquia de Mira o pudesse realizar, considerando que era ali que se devia trabalhar, e que é com a

articulação intermunicipal que se deve otimizar os recursos das autarquias e assim valoriza o património e qualidade de vida. -----

-----Seguiu-se a intervenção do Sr. Prof. José Frade começando por se congratular com a finalização do processo que estava em votação. Disse concordar com o proferido pelo Sr. deputado Dr. José Garrucho, pois também considerava que era assim que se trabalhava no conjunto, entendendo que o previsto no protocolo e as suas funções servem o Município de Mira, que por si só teria alguma incapacidade de resolver problemas enunciados no relatório. Disse esperar, que a entidade promotora cumpra, e que o executivo saiba, em tempo oportuno, pressionar para que Mira não seja esquecida neste protocolo.-----

-----Usou da palavra o Sr. deputado Dr. Carlos Monteiro, dizendo estar totalmente de acordo com o que se tinha sido dito. Disse ainda, que entidade promotora é a “*Parque Expo*” sendo que a avaliação feita à empresa nesta matéria era positiva. -----

-----Não se tendo verificado mais intervenções, procedeu-se à votação, tendo sido o ponto **aprovado por unanimidade**-----

-----O Sr. deputado Prof. Doutor Fernando Regateiro, em nome da mesa, congratulou-se pela prova de solidariedade e suporte, à iniciativa do executivo com a qual todos concordaram. Disse ser uma situação que não acontece muitas vezes, mas que prova que os deputados municipais, quando encontram algo que envolve e promove o Concelho, estão do lado da solução e também legitima as críticas e que quando há uma votação

unânime, isso prova que, aquando uma boa solução, essa conjuga todos no seu suporte e na sua defesa. -----

-----PONTO QUATRO: Aprovação, nos termos da alínea b), do n.º2, do art. 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Orçamento, PPI e AMR's para o ano de 2010.-----

-----Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, que começou por dizer que quanto ao Orçamento para 2010 e às opções do plano, num anterior ponto de discussão, quando se falou da situação financeira da Autarquia, já muita coisa tinha ficado dita.-----

-----Realçou uma vez mais, as dificuldades locais e gerais, que mexem muito e condicionam muito um plano e um orçamento e também que num primeiro ano de mandato um plano está sempre condicionado à mudança de executivo, mas neste caso existia um comprometimento claro com o investimento anterior, numa linha de continuidade sadia. -----

-----Disse ainda que, o orçamento e as opções do plano, integram muitas obras que foram concluídas em 2009, que é preciso liquidar, outras que se estariam a concluir e outras que estariam prestes e iniciarem-se. Resultado de tudo isto, disse, o plano espelhava com as suas dificuldades naturais e próprias, a continuidade no progresso espelhava a dinâmica. Disse haver obras importantes, intervenções importantes, na área da protecção civil, na educação, acção social, no ordenamento do território, ambiente (Polis), etc. Haveria uma aposta muito séria, no sentido qualitativo e quantitativo, no saneamento, que continuava a ser um assunto que não orgulhava o executivo, mas que o

orgulhava na dinâmica criada nos últimos tempos. Disse ainda que o orçamento e o plano, apesar de condicionados por situações de desenvolvimento anterior, ou por dificuldades financeiras próprias e existentes, estavam pensados para o futuro. Questões como, aumento com pessoal; previsões salariais; promoções de funcionários, ADSE; encargos decorrentes da transferência de pessoal da educação, etc., havendo questões de receita que condicionavam toda a política financeira da Autarquia.-----

----- Interveio o Sr. deputado Gabriel Pinho, lamentando o facto de não ter sido chamado - na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia – para dar a sua opinião sobre o plano e Orçamento do ano seguinte. Disse lamentar o facto de o orçamento não contemplar em nada, a Freguesia dos Carapelhos, proferindo que a freguesia tem 90% dos passeios por fazer, não tem saneamento e nem sequer é contemplada no orçamento.

-----Seguiu-se o Sr. Prof. José Frade, começando por dizer que na generalidade, entende que o orçamento se limita à actualização, no lado das despesas aos investimentos feitos anteriormente. Considerou que do lado das receitas, foi feito uma revisão altamente inflacionada, de execução impossível e que levará ao constante endividamento. Relatou ainda alguns casos expostos no orçamento, nomeadamente, com encargos fixos na ordem dos nove milhões de euros; do lado das receitas quando disse que estão altamente inflacionadas, impossível de execução que levará ao constante endividamento é porque entende e relativamente ao que está descrito no orçamento, que um aumento de 18,86% nos imposto indirectos, um aumento de aproximadamente 48%, na venda de bens e serviços, nomeadamente no parque de campismo com uma subida de 75%, nas unidades

complementares ao alojamento que deverão ser feitas, na ordem dos trezentos mil euros, disse ser algo que não lhe parece susceptível do aumento, relativamente ao ano de 2009. Um aumento de 30% na rubrica “taxas, multas e penalizações”, onde disse que certamente a fiscalidade iria aumentar mas também, tal aumento, conduziria a uma grande inflação relativamente às questões que se pretendem; 25% de aumento de água, disse ser um número interessante na receita cobrada, pois considerou que ou iriam haver grandes loteamentos e aumentos de obras, ou alguém iria sofrer com o aumento de 25% da cobrança das águas relativamente a 2010. Numa consideração global – do lado das receitas - disse que existia um exercício de “*maquilhagem orçamental*”, que lhes parecia um pouco longe da realidade. Quanto às despesas, disse que os encargos fixos têm que ser cumpridos, mas que se andava na ordem dos cinco milhões de euros com encargos fixos de pessoal, considerando significativo, assim como as verbas de saneamento. A rescisão de contratos nomeadamente, uma da creche, que não ficou barata, e do chamado Museu de Mira, valor significativo da indemnização que foi feita era algo que merecia também atenção. Ao nível das opções do plano, disse terem algumas questões, que gostariam de deixar: disse que na perspectiva do enriquecimento do Concelho e na perspectiva da criação de infra-estruturas, que atraem a população e causam receitas próprias, quis salientar que o projecto, a proposta, a intenção da venda de cerca de 120 hectares de terreno na actual conjuntura, para o equipamento previsto é algo, que segundo disse, merecia um estudo mais aprofundado, um regulamento próprio, e por isso disse que lhes merece reserva e perplexidade a simples alienação

para os fins em vista, úteis para o Concelho, tendo algumas dúvidas se não seriam mais valias noutras alturas. Ainda, quanto aos transportes e comunicações, ressaltou quanto à concretização da “Nova Avenida”, disse ser algo abstracto, e que merecia melhor concretização relativamente a esta nova infra-estrutura. Ainda registou com mágoa, o facto de no turismo não se encontrar nada de inovador, disse que devia haver mais ambição para modificar o aproveitamento das potencialidades locais. Sobre o “Montalvo”, nada existia, e não conheciam a preocupação do executivo para 2010; a Habitação Social, a Videira Sul, no plano das opções nada tinha sido apresentado; ausência de referencia sobre a zona industrial que a classificou como uma “calamidade higiénica”. Reafirmou e avaliou como preocupante, as transferências entre autarquias ou investimentos, e ainda sobre o orçamento quis chamar à atenção, por exemplo para o código “01.03” da administração autárquica, existindo um montante codificado de 129 mil euros, em que sempre se coloca o pessoal noutra situação, isto é, considera que merece melhor explicitação e pormenor porque além do pessoal por tempo indeterminado, de contrato a termo resolutivo, aparece sempre a intenção de montantes elevados que ficam nos diferentes códigos. Por fim, e quanto às necessidades permanentes do quadro, relativamente ao mapa de pessoal, como primeiro comentário, verificaram uma contradição, pois o acréscimo das despesas foi muito, relativamente à opção do pessoal auxiliar das escolas do agrupamento. Recordou a todos os deputados municipais que as transferências de pessoal do Agrupamento de Mira para a Autarquia teria sido uma questão de política do Sr. Presidente e da Autarquia, porque existiam no

momento, só 92 contratos das 318 e as maiores autarquias do país não teriam aderido. Como segundo comentário ao mapa de pessoal, no reforço do que disse da verba utilizada de 595 mil euros para os contratos a termo certo, disse verificar que um terço do pessoal do mapa, ficaram com contratos resolutivos, o que entendia que havia algum caminho aberto para colmatar algumas necessidades, as quais às vezes não são totalmente claras e bem precisas. Em suma, disse que o orçamento não é um “orçamento de verdade”, e é preocupante o constante endividamento que este orçamento coloca novamente e também disse que as opções escolhidas são altamente deficientes e ineficazes para contribuírem para o urgente desenvolvimento económico, social e cultural que Mira precisa neste momento.-----

----- No uso da palavra interveio o Sr. deputado Dr. Paulo Grego, começando por dizer que se começam a manifestar as diferenças entre as bancadas, dizendo que não se revia minimamente na visão ao dizer-se que não é um “orçamento de verdade” e que tal afirmação, de facto teria de ser, isso sim, bem mais explicada, nomeadamente, onde é que faltava a verdade ao orçamento. Disse achar que de facto o executivo apresentou um orçamento um “bocadinho ambicioso”, aparecendo depois a tradução disso mesmo, na análise final que se fez, nas taxas de execução. Mas, e partindo para as opções do plano, disse existirem três áreas que destacaria e que o deixaram bastante satisfeito, nomeadamente a área de ordenamento do território, saneamento e salubridade que no seu conjunto perfazem 37% das opções do plano; disse achar que, por um lado veio demonstrar as fragilidades que Mira tem nesta área e que este executivo continua a

apostar em fazer obras estruturantes e infra-estruturais, pois mesmo não sendo daquelas obras que são bonitas, obras de fachada e que poderiam dar uma outra visibilidade, mesmo sendo obras que furam as estradas, e incomodam as pessoas ao longo dos tempos, podendo trazer alguns contratemplos, o actual executivo tem a coragem de o fazer e com isso muito se congratula. Também na área do desporto recreio e lazer, uma rubrica com 12% das grandes opções do plano, em que de facto, disse achar que Mira é um exemplo para os concelhos vizinhos, pelo número de praticantes, de associações, de actividades que tem ao longo do ano e que só com o apoio deste montante é que é possível a Câmara Municipal satisfazer necessidades das inúmeras forças vivas e das associações deste concelho. Por último, disse ter uma rubrica “turismo” de 8,5%, onde entram 1,2 milhões de euros, disse que não é assim uma aposta tão pequena no turismo, sendo evidente o esforço feito pelo executivo nesta área.-----

-----Seguiu-se o Sr. deputado Dr. José Balugas, começando por dizer que no resumo do orçamento para 2010, se verificava que nas despesas correntes, estava um montante de 10.500.000.00 euros, sendo que nestas despesas correntes com despesas com pessoal, bens e serviços, dariam pouca margem de manobra e o executivo pouco poderia fazer em relação ao montante. Depois disse que nas “despesas de capital”, tinham 11.000.000.00 euros, e que era neste ponto que o orçamento, não era um orçamento ambicioso mas sim um orçamento empolado. Questionou o executivo de como pensava, dado o orçamento não reflectir o pagamento da dívida, executar o seu programa, com a amortização de uma dívida que vinha crescendo. -----

-----Seguiu-se o Sr. deputado Dr. José Garrucho, que começou por dizer que era muito interessante ver no plano e orçamento, a possibilidade do investimento numa área essencial, como o saneamento do Concelho. A questão que colocou ao Sr. Presidente da Câmara e ao executivo, foi o que ficaria por fazer, depois da execução das obras. Porque as questões do ambiente são fundamentais, disse ser também interessante perceber - disse não o conseguir perceber através do plano e do orçamento – qual era a estratégia de desenvolvimento para o Concelho? Para onde o executivo pensava desenvolver o Concelho? Reportou-se novamente às questões de “quase sobrevivência” e não de estratégia a longo prazo, disse ser preciso perceber onde se pretendem fazer as obras e quantificar os objectivos. Relativamente às questões do ambiente disse serem essenciais, porque elas prolongam e perduram no tempo para além dos executivos e dos *timing* políticos e eleitorais. Quanto à condição das águas fluviais, e sendo Mira um concelho com uma apetência extraordinária para o turismo, mas sem uma boa qualidade no ambiente, não se consegue cativar ninguém do ponto de vista do turismo com sustentabilidade, apenas continuaremos a ter o turismo sazonal. A questão das águas, das valas e tudo que envolve estas bacias era essencial e pareceu-lhe pouco pontuado no orçamento. Ainda, e relativamente à A17, disse que produziu naturalmente e centrou o Concelho junto dos eixos rodoviários, que a todos muito contentamento deu, pois, não há desenvolvimento sem vias de escoamento das pessoas e mercadorias. Mas disse existir na área de utilização da A17 uma zona de intervenção que precisa de ser enfrentada, a questão do Montalvo. Era importante saber o que o Município tem feito, e

o que o Município pode fazer, uma vez que algumas destas competências também não seriam do Município. Houve uma situação da utilização de inertes para a construção da própria auto-estrada, mas era preciso requalificar aquela zona, ou o Município ficaria com as perdas da intervenção desta grande estrutura rodoviária nacional e regional. -----

-----Uma outra situação que expos foi relativamente à questão do pessoal, pois era importante perceber, com o aumento de pessoal, qual era a área de prioridade na autarquia e quais eram as áreas de redução. Por último, reportou-se à questão da solidariedade, pois gostaria de perceber quais os instrumentos que a autarquia tinha para responder em questões de emergência, às dificuldades das famílias e das pessoas. -----

-----Seguiu-se a intervenção do Sr. deputado Dr. Carlos Monteiro, que começou por dizer que o problema é estrutural, concordando com o dito pelo Sr. deputado Dr. José Garrucho, considerando que estava a ser feito um grande investimento no saneamento e quando se falava em valas, limpeza de margens, era bom lembrar que o programa Polis abrangia tudo isso. -----

-----Referiu que estávamos perante um orçamento e um plano de actividades ambicioso e realista, e disse, que o orçamento proposto para 2010, era o melhor orçamento nos últimos vinte anos de câmara, e o mesmo tem uma importância fundamental para garantir a sustentabilidade e o equilíbrio das contas municipais. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu voz de resposta ao Sr Presidente da Câmara, começando por responder ao Sr. deputado Dr. José Garrucho relativamente à questão da solidariedade. Disse que a Câmara Municipal de Mira tinha uma política

social de que se orgulhava. Através de redes sociais, parcerias entre a autarquia, as instituições de segurança social, o centro de saúde, as escolas, etc. existiam sim, questões a serem melhoradas, mas, os dados estavam lançados para o bom funcionamento. Quanto à questão do Montalvo, disse somente que era uma questão que estava em tribunal e que por isso não se iria pronunciar, contudo, explicou ainda que, houve um concurso perfeitamente legal para a venda de inertes e entretanto o empreiteiro, não cumpriu os prazos de execução e a Câmara Municipal, posto isso, cancelou o contrato. Disse que o Montalvo, era uma zona industrial em termos de plano, que estava no QREN, e que existia um projecto antigo com lotes grandes, e portanto disse, que o executivo sabia bem o que fazer do Montalvo, existia era a questão em tribunal que inibia a actuação. Quanto às questões colocadas sobre ao Programa Polis, disse que por vezes são questões de *“muita parra e pouca uva”*, porque havia a necessidade de se ter consciência daquilo que existe e dos problemas. -----

-----Em resposta ao Sr. deputado Dr. José Balugas, quando o mesmo avaliou o orçamento como não sendo ambicioso, disse concordar que poderiam ir até mais além, no entanto as críticas existiam sempre porquanto, se gastam e investem muito seria defeito, se gastam pouco não eram ambiciosos. -----

-----Disse não entender no global, as contrariedades acerca o orçamento, expostas pelo Sr. deputado Prof. José Frade. Não querendo ironizar e frisando bem a sua intenção e com todo o respeito, disse que o Sr. deputado estava a tomar um pouco o papel do *“Velho do Restelo”*, relativamente às *“desgraças”* do Concelho, e às obras que tanto

trabalho tem dado e que tanto mérito tem da parte dos executivos e do povo do Concelho. Relativamente à Educação informou que a Câmara Municipal tinha mais setenta funcionários, e que o executivo aprovou o Protocolo de transferência de competências para o Município, com o Primeiro-Ministro. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara, ainda em resposta ao Sr. deputado Prof. José frade, questionou-o se este estaria contra as opções do plano, ou se estaria contra as obras da sua Terra, ao chamar-lhe “*maquilhagem orçamental*”. Relativamente à questão da Creche, explicou que existia uma rubrica de 50 mil euros, porque um executivo anterior demoliu o mercado, pretendendo a sua transformação em creche e não fez absolutamente nada, pelo que o actual executivo teve de deixar previsto uma verba para indemnização - 50 mil euros – não sabendo ainda o que ia acontecer. Explicou ainda, que não era verdade a Câmara ter pago uma indemnização pela não execução da obra prevista para o Centro Cultural, apenas tinha sido pago à firma “Ramos & Catarino” uma verba correspondente à obra executada. Disse não entender o Sr. deputado pois ele fala de falta de receitas, mas disse achar, que não se deve vender o golfe, não entendia portanto as questões de incoerência. -----

-----Quanto ao dito pelo Sr. deputado Dr. Paulo Grego, quanto às questões de ambiente e turismo, o que estava em causa, eram obras e acções nos vários sectores, começando na administração geral, onde no fundo era a concretização do projecto da modernização administrativa que integra o projecto “+Maria”, 2007-2009, com candidatura global ao “+Centro”, conjuntamente com mais 11 Municípios da Região de Aveiro. Em destaque,

estavam coisas concretas do plano, nomeadamente: eficiência e qualidade nos serviços organizados; evolução nos sectores; Mira esteve no projecto Aveiro Digital; cadastro predial, rústico e urbano; a melhoria dos serviços autárquicos nos serviços de atendimento integrado; contratação pública e electrónica, gestão e tramitação documental, etc. Na protecção civil, houve constituição de equipas de actuação permanente através de protocolos entre a Autoridade Nacional de Protecção Civil, o Município de Mira e os Bombeiros Voluntários de Mira; vigilância e segurança nas Praias; subsídios para os Bombeiros, etc. Já nas funções sociais, questão tão badalada na Assembleia Municipal, houve uma aposta na Educação, no ensino não superior; na formação sobretudo a nível dos jovens; o Pólo Educativo da Zona Sul; o Centro Educativo da Praia de Mira; o protocolo de transferência de competências assinado com o Governo; quanto às actividades de enriquecimento curricular, refeições escolares, componente de apoio à família, jardins-de-infância e nas actividades de ocupação de tempos livres nas escolas de primeiro ciclo, disse achar que o executivo apresentava uma actuação exemplar.-----

-----Relativamente ao abastecimento de água, disse que há uns anos, mais de metade do concelho não tinha abastecimento ao domicílio e que nos últimos anos se tinha feito um esforço enorme para colmatar essa necessidade. -----

-----Considera que o orçamento tem muitas coisas boas, coisas muito importantes, que os devia unir a todos, pois haviam coisas *“bem menores que os separam”*.-----

----- Quanto à cultura, falou acerca do Núcleo Museológico de Mira, acabaram com um problema que lá estava, ver uma escola recuperada era importante; o Museu do Barco e o Museu Etnográfico; questões com reparação da biblioteca; reparação do Centro Cultural da Praia, etc. Falou depois de inúmeras iniciativas, tais como: os concursos de pinturas, fotografias, artesanatos, etc; as actividades como a “Gândara e Planta”, a “Feira dos Gelos”, as “Jornadas Culturais”, “Mira Coreográfica”, “Deixa apenas a Pegada”, “A V Feira do Livro”; a “Mostra Gastronómica”, o “Mercado de Natal”, as Marchas Populares, a Animação Cultural, a Época Balnear, Animação Desportiva; Jogos Sem Fronteiras, o S. Tomé e outras tantas que bem justificavam as verbas contidas no orçamento. Falou ainda relativamente a outras apostas, nomeadamente quanto ao Campo de Tiro, ao Estádio Municipal, a Variante, as obras no Clube Náutico considerando-as mais valências turísticas. Quanto à nova Avenida de Mira, que rasga os velhos armazéns, considerou-a uma obra importante, que iria criar uma nova centralidade em Mira e iria permitir arranjar terrenos para fazer outro tipo de estruturas em Mira. -----

-----Por último, disse, que existem dificuldades, não foge a isso, mas ao negativismo, era prejudicial, o executivo tinha confiança, esperança no futuro e consciência de que se irão “*esfarrapar*” para fazer o melhor; que, o orçamento e o plano, sendo feito em circunstâncias de mudança de mandato, foi ao encontro de necessidades vitais do concelho que acautelam o futuro e a questão dinâmica do progresso sustentado para o futuro do Concelho de Mira. -----

-----Autorizado a intervir usou da palavra, seguidamente o Sr. Vereador Dr. Miguel Grego, no sentido de esclarecimentos no que diz respeito à Educação, disse que o Sr. deputado Prof. José Frade efectivamente, e no que diz respeito à assinatura da transferência do pessoal do Agrupamento de Escolas para a autarquia se esqueceu de dizer que foi uma questão de politica educativa, e que foi claramente assumida, e não de pressão partidária. Portanto, disse que questões políticas ou partidárias, não se encaixavam, sobretudo à Câmara de Mira que foi uma questão de política assumida, e não de gestão de Recursos Humanos, mas de gestão de tudo aquilo que foi transferido, que não foram só recursos humanos, mas também acção social escolar, o parque escolar, transportes, etc. Depois, disse ainda, que o Sr. deputado José Frade, só faz contas da despesa com o pessoal e no final, diz “mas afinal também traz receitas”, sendo óbvio, pois isso é que é governar um orçamento – despesa e receita -, sendo que a despesa com o pessoal transferido é integralmente pago pelo Ministério da Educação, também por isso é que a Câmara Municipal de Mira tem um acréscimo com pessoal porque entendendo que não deve cumprir o rácio do Ministério da Educação, que é um funcionário para três turmas, tem um funcionário para cada turma -----

-----Quanto aos contratos a termo, disse que em alguns caso, eram ainda transferências não definitivas, e tem de se ter algum cuidado ao assumir alguns encargos que depois pode haver uma mudança política, enquanto a transferência não se efectivar. Disse ainda que, quando se falou em termo certo resolutivo, dos 107 funcionários em termo certo resolutivo, 62 funcionários eram só no sector da Educação, e 75 funcionários eram no

sector do Desporto e Tempos Livres e que estes serão para contratar para o efeito da Educação. Explicou que eram dois anos para transferência de competências, que pode ou não, ser renovada. Logo, enquanto não tiverem a certeza da renovação em termos definitivos, não podem contratar a termo indeterminado. Depois, ainda quanto a outra questão levantada pelo Sr. Prof. José Frade, onde falou que em 355 funcionários um terço eram contratados a termo certo. Explicou que não era bem assim pois, 355 era o total dos lugares em aberto do mapa de pessoal, sendo que só estavam providos 248 lugares, e dos cento e pouco contratos a termo resolutivo, não estavam providos, portanto, eram aqueles a prover no caso de se manifestarem as necessidades. -----

-----Voltou a referir ainda que a educação, queria que ficasse bem claro, era uma opção política, a transferência de competências, e não era pressão partidária. Era uma questão que tinham que efectivar em definitivo, e disse ainda, que era intenção do executivo assumir, em primeiro lugar em todo o país, até ao 12ºano, justificando que Mira era um concelho pequeno, com um só agrupamento, em que não tinha lógica apenas gerir até ao segundo ciclo e não gerir o terceiro ciclo e o Secundário, quando o agrupamento era único e o órgão de gestão era também único. A finalizar, disse que no orçamento de 2010 estava contemplado o Pólo Educativo da Praia de Mira para recuperar, e que se seguia a Freguesia dos Carapelhos que tem contemplado a remodelação também na carta Educativa.-----

-----Seguiu-se a votação tendo sido o ponto **aprovado por maioria**, com oito votos contra do PSD, e treze votos a favor do PS e três abstenções, estas do sr deputado Dr. Juan António, Sr. deputado Dr. José Balugas e do Sr. deputado Dr. José Garrucho -----

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

-----O Sr. deputado Dr. Juan António no uso da palavra, disse que se absteve porque, embora os serviços da Autarquia tivessem feito as diligências necessárias, para receber a documentação, ele não a recebeu a tempo e como tal, poderia ser induzido a votar com base no proferido em toda a Assembleia Municipal, e em consciência decidiu abster-se. Contudo, disse ainda, que gostaria de ressaltar algumas questões, primeiramente comunga com algumas das objecções apresentadas, que de facto no orçamento faltam, de forma vincada as grandes opções do plano. Em segundo lugar, face à actual conjuntura de dificuldades que o Sr. Presidente relatou, ele mesmo como deputado há já alguns mandatos tem essa consciência, disse vislumbrar alguma falta de coerência, como o era, assumir mais um encargo com um vereador, numa altura de dificuldades. --

----- Seguidamente no uso da palavra interveio o sr deputado Gabriel Pinho, lendo um texto que disse ser a sua declaração de voto:-----

-----“ *Votei contra este orçamento e plano de actividades para 2010 apresentado por esta Câmara, à qual se esqueceu que a Freguesia dos Carapelhos existe. Nem uma manilha, nem um lancil consta no plano para a freguesia de Carapelhos. Quero aqui lembrar que no dia 31 de Dezembro, faz 25 anos que a freguesia de Mira deixou de ser única e passaram a existir quatro Freguesias – Mira, Praia, Seixo e Carapelhos – todas*

elas tem cidadãos que pagam os seus impostos, tendem a usufruir dos mesmos benefícios das restantes, faltando, à que preside, saneamento e passeios. No que toca a passeios cerca de 90% que a Freguesia não tem, já para não falar na Rua Dr. Manuel Rosete, no estado miserável que a estrada está, etc.” -----

-----Interveio o Sr. deputado Prof. José Frade, para anunciar que nos termos do artigo 54º nº4, apresentaria posteriormente uma declaração de voto em nome do grupo Partido Social Democrata, a qual se encontra arquivada nos documentos anexos à presente acta, dela fazendo parte integrante. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, por último, fez alerta, ao líder da bancada do Partido Social Democrata, relativamente a um requerimento que o mesmo fez. Esclareceu que os requerimentos, por regra, são feitos por escrito, mesmo que no regimento os mesmos possam ser feitos oralmente ou por escrito. Para não haver lugar para dúvidas, e faltas de interpretação, adoptou-se como regra os pedidos por escrito. ---

----- Assim sendo, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao sr deputado que apresentasse o requerimento por escrito. -----

-----De seguida, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi solicitado ao plenário autorização para assinatura em minuta da acta respectiva, tendo a mesma sido concedida por unanimidade. -----

-----**ENCERRAMENTO:** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo vinte horas e vinte e cinco minutos da

qual, para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no texto e aprovadas em minuta assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do art.º 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002, de 11 de Janeiro.-----

